



VII - GESTÃO DO ESTADO
E COMBATE À CORRUPÇÃO

2008

1. Eficiência na Aplicação dos Recursos Públicos

O Governo vem adotando medidas para o controle e a melhoria da qualidade dos gastos públicos, com o objetivo de otimizar a alocação de recursos em áreas estruturais e promover o crescimento do País. No contexto orçamentário, está sendo implementado, desde junho de 2007, o Programa de Eficiência do Gasto (PEG), sob a coordenação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP). O Programa, que está sendo executado no âmbito da Administração Pública Federal, identifica, propõe e divulga medidas, voltadas à eliminação do desperdício e à melhoria contínua da gestão dos processos, que promovam o aumento da eficiência do gasto público.

O montante de recursos obtido com a redução dos gastos com as despesas de consumo poderá ser destinado a investimentos que resultem no aprimoramento da eficiência dos gastos de funcionamento da máquina pública, a exemplo de obras de infra-estrutura elétrica e aquisição de equipamentos de tecnologia mais avançada, reduzindo, na etapa seguinte, as despesas com energia e manutenção, de forma a gerar um círculo virtuoso para a Administração Pública.

Ainda no âmbito da busca do aumento da eficiência, em 2007, a captação de recursos para financiamento de projetos de investimento norteou-se pela postura criteriosa com relação a novas contratações, levando em consideração, sobretudo, o novo patamar de desenvolvimento econômico alcançado pelo País, o que impôs novo relacionamento com organismos internacionais de desenvolvimento; a compatibilidade entre as propostas de financiamento e as prioridades nacionais e regionais; e a capacidade financeira e de implementação dos futuros mutuários. Essa postura foi pautada pela necessidade de alcançar maior eficiência na consecução das metas programadas de tais financiamentos, pela tentativa de reduzir os pagamentos relativos a encargos financeiros vinculados à não-utilização dos recursos programados, bem como pela maximização do valor agregado das operações, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento da capacidade institucional dos proponentes e à utilização de facilidades financeiras inovadoras. Neste contexto, no âmbito da Comissão de Financiamentos Externos (Cofix) foram realizadas dezenove negociações contratuais junto aos diversos organismos internacionais, representando um montante de aproximadamente US\$ 1,3 bilhão de novos financiamentos, nos mais diversos setores, nas três esferas de Governo.

2. Informatização de Serviços – Investimento em TI

O crescente uso das tecnologias da informação (TI) e os avanços na informatização de serviços permitiram ganhos significativos em integração, segurança, rapidez, e transparência na atuação governamental. Nesse contexto, a implantação da rede governamental de comunicações, denominada Infovia Brasil, merece destaque por proporcionar ao Governo infra-estrutura de comunicação segura e confiável, que viabiliza elevada velocidade de transmissão de dados e redução de custos com telecomunicações. A Rede de fibras óticas Infovia Brasil, em operação na capital federal desde 2005, atualmente interliga 90 redes locais em diferentes prédios da administração pública federal. Em 2007, foram concluídos os estudos para expansão da rede a outros pontos do País.

No que tange à transmissão de dados, a Infovia Brasil proporcionou uma redução significativa no custo do Mbit transmitido. Em 2004, o valor mensal praticado pelos órgãos federais era em média de R\$ 1.500,00 por 1 Mbit, para conexões ponto-a-ponto. Como a Infovia oferece conexões de 1Gbit (1.000 Mbit) pelo custo mensal de R\$ 6.500,00, o valor de cada 1 Mbit caiu para

R\$ 6,50, em um ambiente de rede mais seguro e controlado pelo próprio Governo, possibilitando inclusive o uso de serviços que requerem altas velocidades de conexão, como videoconferência e espelhamento de bases de dados, entre outros.

O estabelecimento de padrões é uma das tarefas mais difíceis e estratégicas relacionadas à Tecnologia da Informação. Trata-se de trabalho de pouca visibilidade, mas de grande impacto, e por isso mereceu forte atenção do Governo. A Arquitetura *e-Ping*, que estabelece padrões de interoperabilidade, foi complementada e aperfeiçoada, com resultados importantes para projetos como a Nota Fiscal Eletrônica, o Registro de Agrotóxicos e a modernização dos sistemas de gestão administrativa, sob responsabilidade dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda. Foram criados, também, padrões para aquisição de bens de informática, que já foram usados na compra de mais de 60 mil computadores, com ganhos de economia, qualidade e agilidade em vários processos licitatórios.

O *software* público é uma realidade. Esse projeto incentiva e viabiliza o compartilhamento de *softwares* adquiridos com recursos públicos e é utilizado inclusive em programas de modernização administrativa, como o Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM). Seu portal (www.softwarepublico.gov.br) já oferece treze soluções em áreas como educação, saúde, informática, administração, geoprocessamento e telecomunicações. Mais de 12 mil pessoas em várias comunidades colaboram com o projeto, que movimenta o mercado de *software* nacional. O Sistema de Inventário do Configurador Automático e Coletor de Informações – (Cacic), por exemplo, já conta com mais de 600 prestadores de serviços cadastrados.

3. Transparência da Administração e Controle Social

O Portal da Transparência é reconhecido internacionalmente como um dos mais completos sítios em seu gênero, com informações detalhadas sobre a execução do orçamento público federal, acessível a qualquer cidadão, sem exigência de senha ou cadastro prévio. Atualizado todos os meses, e constantemente aprimorado, o Portal da Transparência abriga 584 milhões de informações, abrindo ao controle social um volume de recursos da ordem de R\$ 3,7 trilhões. Em 2007, o Portal incorporou duas novas ferramentas. Uma delas, em caráter experimental, apresenta extratos completos de dois mil convênios firmados pela União com Estados, Municípios e Organizações Não-Governamentais (ONGs) e, a outra, classifica, por atividade econômica, as empresas que receberam recursos federais. Foram lançadas, também, as Páginas de Transparência de cada Ministério e demais órgãos federais, com os extratos dos contratos celebrados, das licitações abertas, dos convênios firmados, da execução das despesas com diárias e passagens, além de outras informações. Atualmente, 49 órgãos da Administração Direta, 48 autarquias, 12 fundações, 12 empresas públicas e 18 sociedades de economia mista já têm suas Páginas de Transparência implantadas.

Em 2008, será ampliado o elenco de informações disponibilizadas nesse Portal, aprimorando o sistema de busca e as opções de consulta oferecidas. Prevê-se, também, a ampliação da divulgação e uso dessa ferramenta, promovendo a implantação das Páginas de Transparência Pública nos órgãos e entidades que ainda não dispõem desse tipo de instrumento.

Uma das prioridades do Governo é tornar cada vez mais acessível e transparente o processo de compras públicas. O sítio www.comprasnet.gov.br permite consultas diretas a editais de licitações, pregões realizados, atas de pregões e cotações eletrônicas. A sociedade pode acompanhar as sessões públicas dos pregões eletrônicos e presenciais em tempo real. A divulgação de relatórios gerenciais de compras governamentais, com informações estatísticas sobre a evolução das compras e economias

obtidas com o pregão eletrônico, é importante ferramenta no combate a fraudes e superfaturamentos. O Governo economizou com o uso do pregão eletrônico, em 2007, mais de R\$ 2,3 bilhões, calculados pela diferença entre os valores de referência (estimados) e os valores efetivamente homologados.

Foram criadas, também, trilhas de auditoria para auxiliar os órgãos de controle no combate às irregularidades nos processos licitatórios, com o uso do sistema “Tamanduá”, um *software* de mineração de dados que busca padrões fraudulentos nas aquisições de bens e contratações de serviços realizados pela Administração Pública Federal. A fim de aumentar ainda mais a segurança do Sistema Comprasnet, a autenticação de pregoeiros e ordenadores de despesa no sistema passou a ser feita por meio de Certificação Digital, aderente à Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil). No ano de 2007, foram emitidos 1.300 certificados digitais para esses agentes, totalizando cerca de 3.500 pregoeiros e ordenadores de despesa certificados no território nacional.

O próximo passo, a ser implementado neste exercício, é a melhoria dos processos de convênios. As regras quanto ao uso dos recursos públicos ficaram mais rigorosas com o Decreto nº 6.170, de 2007, que estabelece, dentre outras inovações, o chamamento público a entidades privadas sem fins lucrativos para seleção de projetos. O Portal de Convênios disponibilizará e centralizará as informações relativas a transferências voluntárias.

O Programa “Olho Vivo no Dinheiro Público” vem espalhando pelo País a cultura do exercício da cidadania. Em 2007 foram realizados 52 eventos de Educação Presencial atingindo 405 Municípios, conscientizando e orientando lideranças locais na fiscalização da administração pública. Também em 2007 foi realizado o primeiro curso a distância sobre cidadania e controle social, com o intuito de incentivar a participação no controle dos recursos públicos.

Outra ação de caráter pedagógico e de estímulo ao controle social, iniciada em 2007, foi o concurso de desenho e redação entre alunos do ensino fundamental dos Municípios participantes do Programa “Olho Vivo”. A iniciativa pretende promover no ambiente escolar a reflexão e o debate sobre a prevenção e o combate à corrupção e despertar nos estudantes o interesse pelo controle social. Mais de 110 mil crianças apresentaram trabalhos nessa primeira edição do concurso. Os vencedores deste e do Concurso de Monografias foram premiados no evento comemorativo do Dia Internacional Contra a Corrupção (9 de dezembro).

Para 2008, o Programa “Olho Vivo no Dinheiro Público” prevê as seguintes atividades: realização de 26 eventos de educação presencial, contemplando cerca de 3.200 cidadãos em 200 Municípios; formação de 3 mil cidadãos com cursos a distância sobre controle social; expansão dos concursos de redação e desenho (hoje aberto a estudantes do Ensino Fundamental) a alunos do Ensino Médio; publicação de um sítio direcionado ao público infantil, com o intuito de contribuir, desde cedo, para a formação de uma cultura de participação popular no controle dos gastos públicos; e realização de seminário nacional sobre boas práticas de controle social, além de prosseguir distribuindo manuais e cartilhas didáticas sobre o tema.

4. Produção e Disseminação de Informações

A produção e disseminação de informações para a sociedade é também fator importante para a transparência e para a formulação e implementação de políticas públicas focadas nas reais necessidades da população. Nesse sentido, em 2007, destaca-

se a realização, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), das pesquisas sobre os estabelecimentos agropecuários e a Contagem da População, entre outras. Foram levantados dados de 5.211.100 estabelecimentos agropecuários, de 30.824.140 domicílios e a Contagem da População concluiu que somos 183,9 milhões de brasileiros. Resultados preliminares do Censo Agropecuário foram divulgados, em 21 de dezembro de 2007, juntamente com os resultados definitivos da Contagem da População. Até outubro de 2008, serão divulgados, por temas, os resultados definitivos do Censo Agropecuário. Entre 2000 e 2007, a população do País aumentou em mais de 14 milhões de pessoas, o equivalente aos habitantes de um Estado do tamanho da Bahia.

Todas as grandes regiões do País apresentaram crescimento populacional em relação ao Censo 2000, mas não houve alterações no *ranking* dos mais populosos. Segundo o IBGE, o Sudeste ainda lidera, com 77,8 milhões, seguido do Nordeste (58,5 milhões), Sul (26,7 milhões), Norte (14,5 milhões) e Centro-Oeste (13,2 milhões).

O IBGE divulgou também, a “Síntese de Indicadores Sociais 2007 – Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira”, que reúne indicadores sobre a realidade social brasileira, abrangendo informações sobre saúde, aspectos demográficos, educação, trabalho e rendimento, domicílios, famílias e grupos populacionais específicos – crianças, adolescentes e jovens, mulheres e idosos – entre outros. Foi publicado também o volume “Perfil das despesas no Brasil – Indicadores Seleccionados”. Ainda em 2007, deu-se continuidade aos trabalhos realizados por meio de esforço intergovernamental para a implementação de metodologia de cálculo de linha de pobreza absoluta, baseada nos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2002-2003, e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

O Instituto iniciou, também, o desenvolvimento do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD) que tem como finalidade reformular a produção de pesquisas domiciliares por amostra, mantendo aqueles objetivos hoje cumpridos pela PNAD, pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), pela POF e pela Pesquisa de Economia Informal Urbana (ECINF), agregando a investigação de novos temas ou o detalhamento de temas existentes, além do estudo de métodos estatísticos para o desenho de uma amostra mestra para o Sistema. Uma amostra mestra de setores censitários foi desenhada para atender a todas as pesquisas do SIPD e, em particular, a POF, a ser realizada em 2008/2009.

Além desses estudos e pesquisas, o IBGE divulgou, em 2007 os resultados da Pesquisa sobre as Entidades Sem Fins Lucrativos de Assistência Social (Peas), tendo como referência o ano de 2005; a publicação “Sistema de Informações e Indicadores Culturais – 2003/ 2004/2005”; os resultados do Suplemento sobre Cultura da Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006 (Munic); e cartas sobre Hidrogeologia e Hidroquímica. Nesse mesmo exercício, foi dado prosseguimento à construção do Banco de Dados Ambientais Integrados de Recursos Naturais e à análise das informações de cunho espacial sobre a organização do território – subsídio fundamental às atividades de planejamento. Também, foi elaborado o relatório “Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS)”, no qual foram abordadas quatro dimensões: a ambiental, a social, a econômica e a institucional. Com relação à Dimensão Ambiental a novidade foi a inclusão do item “Emissões de Origem Antrópica dos Gases Associados ao Efeito Estufa”.

Para o exercício de 2008, o IBGE deverá realizar estudos sobre impactos ambientais, econômicos e sociais dos sistemas de produção de bovinos de corte no Cerrado, na Amazônia e no Pantanal, por meio de parceria com a Embrapa, além da instituição de um Programa Nacional de Estatística da Atividade da Pesca e da Aquicultura, juntamente com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap). Neste exercício, também, serão divulgados os resultados dos suplementos 2007 da PNAD sobre

Educação: “Características da educação profissional e tecnológica dos moradores de 10 anos ou mais de idade” e “Características complementares de educação e alfabetização de jovens e adultos dos moradores de 15 anos ou mais de idade”. Em 2008, deverá ser encaminhado ao Congresso um projeto de lei tratando do acesso a informações, regulamentando o Art. 5º inciso XXXIII, e o art. 37 da Constituição Federal, o que, além de constituir, recomendação das convenções internacionais, é também uma antiga reivindicação da sociedade.

5. Valorização dos Servidores

A valorização dos servidores públicos tem-se constituído o eixo central da gestão de recursos humanos no âmbito da Administração Pública Federal. Para atingir esse objetivo, o Governo adotou duas linhas prioritárias de ação: a democratização das relações de trabalho e a profissionalização dos recursos humanos. No que se refere à democratização das relações de trabalho, são inegáveis os avanços obtidos com o estabelecimento de um canal de diálogo permanente com as entidades representativas dos servidores públicos.

Em 2007, como resultado dessa política de participação e parceria, foram assinados Termos de Acordo e Compromissos e instituídos grupos de trabalho que irão promover a reestruturação de carreiras e de planos de cargos e o reajustamento de tabelas remuneratórias, propiciando-se, assim, a recuperação do poder aquisitivo dos servidores. Até o final do referido exercício, foram assinados nove Termos de Acordos e Compromissos.

Encontra-se em curso, ainda, o debate sobre a regulamentação da institucionalização da negociação coletiva, da solução de conflitos e do direito de greve no serviço público, a partir da constituição de um grupo de trabalho que conta com a representação dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, e do Trabalho e Emprego, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e de doze entidades nacionais representativas dos servidores públicos federais. Em 2008, será encaminhada ao Congresso a proposta de ratificação, pelo Brasil, da Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho, que trata das relações de trabalho na administração pública e dispõe sobre a proteção do direito de sindicalização e os procedimentos para determinação das condições de trabalho, liberdade sindical e negociação coletiva no âmbito do serviço público.

Quanto à profissionalização do quadro de pessoal, buscou-se, em 2007, abranger os componentes-chave do sistema de pessoal. O primeiro deles é o processo de recrutamento e seleção, com ênfase na recuperação da capacidade de previsão das necessidades de pessoal. Essa previsão está sendo feita com base no dimensionamento da força de trabalho disponível, por meio do levantamento das demandas e proposições para futuros ingressos, considerando as perspectivas de aposentadorias para os anos seguintes, a necessidade de substituição de terceirizados que executam atividades típicas de servidor e as novas estruturas administrativas criadas. Em 2007, foram autorizadas 16.139 vagas para concurso público, com destaque para as áreas de educação (4.323 vagas), previdência social (2.930), saúde (1.951) e justiça (1.339). Para o ano de 2008, está prevista a ampliação desse processo.

Foram revistas as estruturas de diversas carreiras e de tabelas de remuneração, tendo como uma das prioridades assegurar as condições necessárias, no tocante à gestão de pessoas, para implementação do PAC. Essas medidas objetivaram, especialmente, propiciar condições de atração e de retenção de pessoal qualificado. Nesse contexto, foram priorizadas as áreas sociais, de infra-

estrutura, de saúde e indigenista, bem como as de segurança pública, sistema financeiro, fiscalização, técnico-administrativa em educação, cultura, reforma agrária, docência, pesquisa em ciência e tecnologia e de outros cargos de nível superior cujas atribuições tenham impacto direto no PAC. Buscou-se o alinhamento das tabelas remuneratórias no âmbito do Poder Executivo, com adequação da relatividade entre as remunerações dos cargos e carreiras. Para a implementação dessas medidas foram investidos, em 2007, recursos da ordem de R\$ 1,2 bilhão. Para o exercício de 2008, pretende-se concluir a criação, a reestruturação e a revisão das estruturas salariais dos cargos e carreiras e dar continuidade à implementação gradual de medidas já adotadas em 2007.

Outra iniciativa importante foi o encaminhamento ao Congresso Nacional do Projeto de Lei Complementar nº 1, de 2007, que disciplina o crescimento da folha de pagamentos de pessoal para cada Poder e órgão da União, no período compreendido entre 2007 e 2016. Tal medida – necessária para auxiliar no controle dos gastos primários correntes do Governo Federal, contribui para ampliar os ganhos já obtidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, no que diz respeito ao rigor fiscal – ao mesmo tempo em que define uma trajetória de longo prazo para a despesa com pessoal, garante espaço fiscal suficiente para novas recomposições salariais e reestruturações de carreira, conferindo maior eficiência na gestão dos recursos públicos, ao promover previsibilidade para esse importante agregado de despesa.

Como subsídios à gestão de pessoal, em 2007, também foram adotadas medidas que resultaram na melhoria dos instrumentos de apresentação e divulgação de informações estatísticas e gerenciais sobre os quadros de pessoal da Administração Pública Federal e suas remunerações, bem como no aprimoramento do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape). Também, em 2007, foram obtidos resultados da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, criada em 2006, por meio do Decreto nº 5.707. Essa Política define as principais diretrizes para as ações de capacitação no Governo, dentre elas, a adoção da gestão por competências e a capacitação para o desenvolvimento gerencial e qualificação de servidores para o exercício de atividades de direção e assessoramento superior. A Escola Nacional de Administração Pública (Enap) capacitou aproximadamente 24 mil servidores, ampliou em mais de 60% a sua oferta em escala nacional de cursos gratuitos a distância e aprimorou seus cursos de aperfeiçoamento de carreiras.

6. Gestão

Em 2007, foram implementadas várias ações para a melhoria da gestão da Administração Pública Federal, com destaque para a criação da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a proposição de mudanças na legislação sobre licitações. A instituição da RFB sinaliza para o aprimoramento e a maior eficiência, eficácia e efetividade da administração tributária brasileira, notadamente por integrar e racionalizar esforços e recursos e estabelecer sinergia entre setores, unidades organizacionais, processos e equipes de trabalho. Além da melhoria do serviço prestado ao cidadão e da mencionada sinergia, a implantação da RFB representa uma significativa economia de recursos, dada a integração das ações antes executadas por duas estruturas, em dois Ministérios específicos, cada uma com uma estrutura administrativa e logística própria.

A outra iniciativa de fundamental importância para a celeridade dos processos licitatórios e economia de recursos, foi o encaminhamento pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional do Projeto de Lei nº 7.709, de 2007, que altera a Lei nº 8.666, de 1993. Trata-se de uma das ações integrantes do PAC. Entre os diversos avanços promovidos por meio do referido projeto, destacam-se a obrigatoriedade da utilização da modalidade licitatória de pregão para a aquisição de bens e serviços

considerados comuns; e o estabelecimento da possibilidade de inversão das fases em todas as modalidades de licitação. Essas duas alterações são basilares para a referida celeridade processual, para a transparência e para a economicidade das contratações públicas. Atualmente, esse Projeto de Lei está em tramitação no Senado Federal e sua aprovação constitui-se em uma das prioridades do Governo para 2008.

a) Modernização dos Instrumentos de Planejamento e Gestão

Em 2007, o planejamento governamental foi voltado para a elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, envolvendo a definição de novas diretrizes, inclusive quanto ao seu modelo de gestão, que vem sendo aperfeiçoado ao longo dos anos, na busca da implementação do modelo de gestão por resultados no âmbito da administração pública federal.

A elaboração do PPA 2008-2011 valeu-se da experiência acumulada no planejamento governamental e de dois subsídios importantes. O primeiro refere-se aos resultados do Estudo da Dimensão Territorial do PPA, quais sejam: vinte e dois estudos prospectivos (setoriais e temáticos) no horizonte temporal de 2027; proposta de regionalização do País em duas escalas, macro e sub-regional; uma carteira de investimentos para o período 2008-2027; um modelo de simulação dos impactos sócio-econômicos de investimentos em base territorial; uma metodologia de avaliação de sustentabilidade de investimentos; e uma base de dados georreferenciada. O segundo subsídio residiu na adoção do Modelo Lógico para desenho dos programas do Plano.

O novo PPA foi estruturado no seu nível estratégico em torno de dez objetivos de Governo, que refletem as prioridades para o período 2008-2011, e permitem o seu monitoramento estratégico, com acompanhamento por meio de indicadores com metas para 2011, apurando-se a evolução de resultados sociais e econômicos agregados do Plano. A propósito, o monitoramento dos programas do PPA vem sendo consolidado pela permanente coleta, análise e sistematização das informações registradas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (Sigplan). No que se refere às ações do PAC, o seu monitoramento será feito por meio do módulo Sispac, que permitirá o acompanhamento da execução física, orçamentária e financeira dos programas específicos, bem como de cada empreendimento realizado. Além disso, por meio desse módulo, haverá processo automatizado de autorização de empenho que possibilitará maior agilidade na sua execução.

Pelo fato de a gestão das políticas públicas ocorrer em um ambiente de permanente mudança em que a ocorrência de imprevistos pode gerar grandes prejuízos, o sistema de monitoramento das ações e dos Programas do PPA incorporará a análise de riscos, que compreenderá a identificação, análise qualitativa (natureza, relevância e impacto potencial do risco), análise quantitativa (probabilidade do risco), plano de resposta e monitoramento da sua evolução.

b) Patrimônio da União

Em 2007, deu-se início à implementação de uma nova política com foco na melhoria do atendimento ao cidadão ocupante dos imóveis da União, que dentre outras ações incluiu o acesso a serviços por meio da rede mundial de computadores – Internet. Dessa forma, as informações relativas aos ocupantes dos imóveis da União ganharam em qualidade e confiabilidade, o que causou, de imediato, aumento no número de registro das transações de transferência de utilização, com impacto direto na arrecadação de receitas patrimoniais.

A regularização fundiária tem sido uma das prioridades do Governo. No âmbito do Projeto Nossa Várzea, foi iniciado o processo de regularização fundiária em áreas de várzeas no Estado do Pará, com foco nas comunidades do arquipélago de Marajó. Para reconhecer o direito à ocupação e permitir a exploração sustentável dessas áreas pelas famílias ribeirinhas, foi instituído o Termo de Autorização de Uso. Em 2007, foram beneficiadas aproximadamente 11 mil famílias ribeirinhas da região.

A gestão patrimonial contemplou, também, a área de aqüicultura e pesca. Em 2007, foi disciplinada pelas Secretarias de Patrimônio da União e de Aqüicultura e Pesca a utilização de uso dos espaços físicos em águas de domínio da União para fins de aqüicultura. Assim, foi viabilizada a implantação do novo modelo de desenvolvimento da aqüicultura e pesca, com regras que proporcionam a revitalização dos parques aqüícolas marinhos, a regularização de cerca de 1.200 maricultores e a geração de aproximadamente 6 mil empregos diretos.

Ainda no referido exercício, foi entregue o primeiro título de Concessão de Uso Especial para fins de Moradia (Cuem) a uma moradora que reside em terreno da União, desde a década de 1920, localizado no município de Parnaíba/PI. Da mesma forma, o Governo reconheceu o direito à moradia de 1,7 mil famílias residentes no Sítio Conceiçãozinha, no Município de Santos/SP, utilizando, pela primeira vez no País, a Concessão de Uso Especial coletiva.

c) Fortalecimento da Capacidade Institucional para a Gestão em Regulação

A União e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) firmaram contrato de US\$ 6,7 milhões para financiamento de um programa de fortalecimento da capacidade institucional da gestão em regulação e a criação de mecanismos para a melhoria da qualidade do sistema regulatório. O Programa será coordenado pela Casa Civil da Presidência da República e é dividido em quatro linhas de atuação: fortalecimento da capacidade de formulação e análise de políticas; melhoria e alinhamento estratégico entre políticas setoriais e processo regulatório; fortalecimento da autonomia, transparência e desempenho das agências reguladoras; e desenvolvimento de mecanismos para o exercício do controle social.

O principal objetivo do Programa é o desenvolvimento de instrumentos para a melhoria da governança regulatória, envolvendo ministérios, agências reguladoras, organismos governamentais de coordenação, agentes que participam de mercados regulados e cidadãos usuários de bens e serviços, como energia, transportes, aviação civil, telecomunicações, vigilância sanitária e saúde suplementar. O programa deve também impactar positivamente na qualidade das políticas públicas em cada setor regulado e na transparência das atividades regulatórias, na consolidação da autonomia decisória, na capacidade técnica das agências reguladoras e no aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão, monitoramento e controle social. Como consequência, o projeto deverá contribuir para a melhoria do clima de negócios no País, que se refletirá na atração de investimento, ou seja, o programa representa um importante passo para o aumento da competitividade do País.

7. Combate à Corrupção

O Governo, por intermédio da Controladoria-Geral da União (CGU), prosseguiu no decidido combate que trava contra a corrupção, tendo por base a articulação com os demais órgãos de controle e fiscalização e a crescente parceria com a sociedade na construção do controle social. Essa atuação é ainda complementada pela articulação internacional, pelas medidas de prevenção da corrupção e pelo incremento da transparência pública.

A articulação internacional decorre do entendimento de que, no mundo globalizado, a corrupção não pode ser enfrentada isoladamente, dentro das fronteiras de cada país. A ênfase nas medidas de prevenção, em lugar do foco restrito àquelas de caráter repressivo, justifica-se porque somente a punição depois de consumado o fato ilícito não tem se mostrado suficiente para impedir a repetição desse tipo de prática. O incremento da transparência pública baseia-se na convicção de que o controle social, nos regimes democráticos, é a maior garantia da integridade institucional e o melhor antídoto contra irregularidades e desvios de conduta, bem como de que essa vigilância depende diretamente das condições de transparência da atividade pública.

Destacam-se, a seguir, algumas das principais ações iniciadas ou intensificadas em 2007 no combate à corrupção, um mal que sempre enfraquece perigosamente a confiança na democracia.

a) Auditorias

O Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos atingiu inequívoco sucesso. A cada edição, 60 áreas municipais são sorteadas, de forma isenta e impessoal, com vistas à fiscalização da aplicação de recursos públicos federais. Em 2007, foram fiscalizados 180 Municípios, em três edições do Programa, fiscalizando-se recursos da ordem de R\$ 1,3 bilhão. Esse Programa foi estendido à aplicação de recursos federais pelos Estados, sendo, nessa esfera, realizadas 69 fiscalizações, englobando recursos da ordem de R\$ 6,6 bilhões. Em 2008, essa ação terá continuidade, e está prevista a realização de pelo menos mais três sorteios, que atingirá um total de mais 180 fiscalizações. Quanto aos sorteios dos Estados, a meta, para este exercício, é aprimorar o processo de seleção, e levar em conta critérios de risco e materialidade dos programas executados diretamente pelas Unidades Federativas, a fim de submetê-los à fiscalização.

Foi desenvolvido, em 2007, um amplo projeto de fiscalização de recursos federais repassados a ONGs. Nesse exercício, foram analisados cerca de 1.500 convênios. A amostra foi definida em três grupos: o primeiro é composto pelas vinte ONGs que mais receberam recursos federais no período 1999-2006; o segundo engloba cerca de cento e vinte entidades, que tenham recebido recursos cujo volume esteja situado entre R\$ 2 milhões e R\$ 10 milhões, no período 1999-2006; já o terceiro grupo reúne cerca de 180 entidades de atuação em âmbito local ou regional, que receberam recursos entre R\$ 200 mil e R\$ 2 milhões no mesmo período de oito anos. Em 2008, será concluído o processo de fiscalização iniciado em 2007 em uma amostra de 325 ONGs, com o objetivo de verificar a correta aplicação dos recursos públicos repassados a essas organizações, para a execução de projetos vinculados, sobretudo, às áreas de saúde, educação, pesquisa científica e assistência social.

As Tomadas de Contas Especiais (TCEs) analisadas pela CGU chegaram, nos últimos cinco anos, a 8.262, compreendendo o retorno potencial de R\$ 2,4 bilhões aos cofres públicos. Em 2007, até o mês de setembro, o número de TCEs foi de 1.074, com um retorno potencial de R\$ 435 milhões aos cofres públicos.

b) Apuração de Denúncias

Em 2007, consolidou-se o processo de implantação do Sistema de Correição da Administração Pública Federal, que conta com uma unidade em cada Ministério e é coordenado pela Corregedoria-Geral da União, órgão integrante da estrutura da CGU. Efeito imediato dessa iniciativa foi a intensificação do combate empreendido pelo Governo à cultura da impunidade. Em 2008, esse

Sistema deverá ser consolidado, por meio da criação de novas corregedorias seccionais em órgãos da Administração Pública Federal e da descentralização da atividade correccional, mediante a implantação de unidades regionais de correição.

Fruto da apuração de denúncias e de outras ações de controle, até o mês de novembro de 2007, as expulsões do serviço público em decorrência de processos administrativos disciplinares já chegaram ao número recorde de 394, e alcançaram agentes públicos de nível elevado na hierarquia, conforme detalhamento constante do quadro que se segue.

Quadro 12 – Punições administrativas expulsivas publicadas no Diário Oficial da União – consolidação anual – 2007

Punições	2003	2004	2005	2006	2007*	Total
Demissão	242	254	240	299	347	1382
Cassação	8	15	18	25	29	93
Destituição	14	23	14	32	18	104
Total	264	292	272	357	394	1579

Fonte: CGU.

* 2007 até novembro.

Em 2007, foram instaurados, no âmbito da CGU, 66 procedimentos administrativos disciplinares, sendo 29 Sindicâncias Patrimoniais. Vale lembrar que esse mecanismo foi implantado neste Governo, para a verificação de enriquecimento ilícito por parte de agentes públicos, nos casos de evolução patrimonial incompatível com a renda. No citado exercício, verificou-se a regularidade de 3.254 processos disciplinares; a realização de cerca de 40 inspeções em unidades de correição do Poder Executivo Federal; e a recomendação, junto aos órgãos competentes, da instauração de 409 procedimentos disciplinares.

O Programa de Capacitação em Processo Disciplinar treinou, em 2007, 1.255 servidores da Administração Pública Federal. Está prevista a capacitação de mais 800 servidores, em 2008, para compor as comissões processantes. Foi instituído, ainda, o envio sistemático, pela CGU, dos resultados das auditorias e processos administrativos disciplinares ao Ministério Público, para adoção das medidas cabíveis na esfera judicial, além da remessa ao TCU.

c) Ações de Prevenção e Capacitação

O desenvolvimento de uma metodologia de mapeamento de riscos, ajustada à realidade brasileira, está sendo realizado pelo Governo em parceria com a ONG Transparência Brasil. Em 2007, essa metodologia já foi aplicada experimentalmente nos Ministérios da Cultura, dos Transportes e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o que possibilitou a obtenção de informações que podem contribuir para o seu aperfeiçoamento. Assim, em 2008, será promovido o aperfeiçoamento dessa metodologia.

No campo da articulação internacional, em 2008 será ampliada a cooperação por meio de novas parcerias, além de concluir

projetos firmados com a embaixada do Reino Unido no Brasil e com o escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (Unodc), que têm por finalidade capacitar servidores públicos e credenciar a CGU como Centro de Excelência Internacional na área de prevenção e combate à corrupção. Será, também, concluída a 2ª etapa de avaliação do Brasil quanto à implementação da Convenção da OEA contra a corrupção. Ainda neste exercício, será dado seguimento à implementação pela Administração Pública Federal das normas contidas nas Convenções Internacionais contra a Corrupção (da ONU, OEA e OCDE), e à ampliação das ações de conscientização e divulgação dessas convenções, em especial da Convenção da OCDE entre o setor privado.

O Governo vem firmando, ainda, acordos de cooperação técnica para o desenvolvimento e aprimoramento do controle interno estadual e a melhoria da fiscalização de recursos federais destinados aos Estados. Os acordos prevêem o treinamento de servidores estaduais para aperfeiçoar as técnicas de controle interno e de prevenção e combate à corrupção. Já foram assinados acordos com os estados de Bahia, Sergipe, Espírito Santo, Alagoas, Minas Gerais e com o Distrito Federal. No âmbito municipal, o Programa de Fortalecimento da Gestão Pública vai ampliar, em 2008, o número de unidades municipais atendidas, estender e aprofundar as ações de apoio à instituição e ao desenvolvimento de órgãos de controle interno e, ainda, disponibilizar mil vagas em cursos a distância sobre temas relacionados à gestão pública.

Em consonância com as recomendações das convenções internacionais, o marco legal brasileiro na área da prevenção e combate à corrupção vem sendo aprimorado. Entre as medidas para potencializar o mencionado trabalho de prevenção e combate que estão tramitando no âmbito do Poder Legislativo, destacam-se os projetos de leis, encaminhados pelo Poder Executivo, que regulamentam o conflito de interesses (PL nº 7.528, de 2006) e que caracterizam o crime de enriquecimento ilícito (PL nº 5.363, de 2005). Em 2008, deverá também ser proposta a regulamentação, por meio de medida legislativa, da atividade de representação e intermediação de interesses (*lobby*) e o ato normativo para disciplinar a responsabilidade da pessoa jurídica envolvida em prática de ilícitos, como a corrupção e a lavagem de dinheiro, além do projeto de norma legal para proteção a denunciante de atos de corrupção. Esta medida atende também recomendações das Convenções Internacionais de Combate à Corrupção, sobretudo a Convenção da OCDE contra o suborno de funcionários estrangeiros.

O Governo, mediante a coordenação da CGU e do Ministério da Justiça, realizou no exercício passado a 5ª Reunião Anual da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), que reuniu representantes de mais de cinquenta órgãos do Executivo e do Judiciário, além do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União na discussão de propostas de combate à corrupção e a crimes contra o sistema financeiro nacional.

A Ouvidoria-Geral da União é incumbida de garantir aos cidadãos o direito de petição, ao ouvir e examinar o que a sociedade tem a dizer sobre procedimentos e ações dos agentes, órgãos e entidades públicas, e propor a adoção de medidas que visem a corrigir e prevenir falhas e omissões na prestação do serviço público. Nessa área, em 2007, foram criadas cinco novas unidades de ouvidoria na Administração Pública Federal, que agora conta com 138 unidades. A média anual das manifestações feitas a todas as ouvidorias da Administração Pública Federal tem sido da ordem de 1,8 milhão. Entre as várias ações nesse campo previstas para este exercício, destaca-se a realização, em oito capitais, do 3º Curso de Aperfeiçoamento em Ouvidoria Pública.

d) Combate à Lavagem de Dinheiro

No âmbito da mencionada Enccla, está sendo construído o Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro, que deverá iniciar suas atividades a partir de 2008, para desenvolver e aplicar modernas ferramentas tecnológicas e metodológicas de processamento de informações na esfera patrimonial, para a geração de provas de alta precisão no combate à corrupção. A Enccla tem como metas, em 2008, além da referida proposta de regulamentação do *lobby*, a criação de um Cadastro Nacional de pessoas naturais e jurídicas declaradas inidôneas ou proibidas de contratar com a Administração Pública Federal; a criação de cadastro público unificado de pessoas sancionadas em última instância administrativa, relevantes para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro; e a elaboração de projeto para a realização de campanhas e programas de conscientização, prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro em âmbito nacional.

O ano de 2007 foi de grande destaque no que diz respeito à recuperação de ativos. Na esteira da tendência internacional de conferir maiores esforços ao combate e à prevenção da lavagem de dinheiro, o Governo obteve, nesse ano, a quebra de sigilo bancário de mais de cem contas mantidas em instituições financeiras no exterior. No mesmo sentido, viabilizou a manutenção do bloqueio de mais de quarenta contas no exterior, as quais eram utilizadas em grandes esquemas ilícitos investigados no Brasil. Foram apresentados resultados significativos no que diz respeito à repatriação de ativos, sendo que o grande destaque foi o caso conhecido como 'Banestado'. O Governo coordenou a repatriação de US\$ 1,6 milhão, que foram ilicitamente transmitidos para contas nos Estados Unidos e foram objetos de investigações conjuntas entre autoridades brasileiras e estadunidenses. No referido exercício, de forma inédita, foi priorizada a recuperação de ativos também em matéria civil, comercial e fiscal, a exemplo de pedidos de arresto e seqüestro de bens no exterior, como garantia de processos de execução fiscal ajuizados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Estão em curso, atualmente, mais de 650 casos, os quais visam buscar, além da quebra de sigilo bancário e bloqueio de valores no exterior, os meios probatórios necessários à persecução penal de grandes organizações criminosas envolvidas em crimes complexos, como corrupção, tráfico de drogas e de seres humanos e lavagem de dinheiro. Como forma de alavancar a repatriação de ativos, foi incluída no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronas) uma ação destinada ao corte do fluxo financeiro do crime organizado. Assim, prevê-se, em 2008, a superação de todas as médias de recuperação de ativos e bloqueios dos anos anteriores.

No mês de novembro de 2007, realizou-se a mencionada quinta edição anual da Enccla, na qual foram aprovadas, para 2008, metas com a finalidade de solucionar as questões relativas ao compartilhamento de dados cadastrais fiscais e bancários e sua diferenciação clara em relação às informações que estão legalmente sujeitas a sigilo. Além disso, espera-se atingir, em 2008, a integração do sistema de informação processual criminal das Polícias Federal e Civil, dos Ministérios Públicos, Federal e Estadual, e das Justiças Federal e Estadual. Outra meta que se pretende cumprir é a criação de mecanismos que viabilizem medidas assecuratórias de urgência em processos administrativos. A intenção é impedir que os recursos ilícitos possam se perder, minando a eficiência da punição do acusado e a capacidade do Estado de se ressarcir dos recursos indevidamente desviados. Nessa mesma esteira, deve-se mencionar a meta destinada ao aprimoramento de aplicação de sanções às pessoas jurídicas.

e) Combate aos Crimes contra a Previdência Social

A metodologia aplicada nas ações para diagnosticar e combater as fraudes contra a Previdência Social foi aperfeiçoada, em 2007.

O Governo, por intermédio do Ministério da Previdência Social, em conjunto com a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), intensificou ações para combater fraudes e outras práticas ilícitas. Em diversos Estados, foram criados Grupos de Trabalho para atuarem na forma de Forças-Tarefa Previdenciária, que são compostas por profissionais especializados em identificação de quadrilhas, grupos e pessoas que praticam crimes.

Até o mês de novembro de 2007, as Forças-Tarefa Previdenciária realizaram 41 operações, que resultaram em 217 prisões de pessoas, sendo 27 de servidores da Previdência Social, que estavam diretamente envolvidas nas fraudes. Foram cumpridos 248 Mandados de Busca e Apreensão com a finalidade de obtenção de provas quanto à materialidade e autoria dos ilícitos criminais.

8. Defesa Judicial da União

O sucesso das políticas públicas no Estado brasileiro depende de segura base jurídica na sua formulação e de adequada e oportuna defesa judicial quando questionadas em juízo, misteres a cargo da Advocacia-Geral da União (AGU). No exercício de suas funções, a AGU tem atuado de forma mais pró-ativa e preventiva na defesa dos interesses públicos administrados pela União, suas autarquias e fundações públicas. Como exemplo dessa nova postura, criou-se na AGU o Grupo Executivo de Acompanhamento do Programa de Aceleração do Crescimento (Gepac/AGU), para realizar um levantamento das pendências jurídicas e das ações judiciais que tenham como objeto os projetos do PAC e traçar as estratégias a serem seguidas no assessoramento jurídico aos órgãos do Poder Executivo e na defesa judicial perante os órgãos do Poder Judiciário.

Como fruto desse trabalho, conseguiu-se, por exemplo, a suspensão da decisão liminar que impedia a continuidade das obras da Usina Hidrelétrica de Estreito/MA; viabilizou-se a realização do Leilão de concessão de uso de sete rodovias federais, promovido pela ANTT, e a concretização da 9ª Rodada de Licitações de Gás e Petróleo da ANP. Ainda em relação ao PAC, destacam-se os resultados obtidos no Judiciário, que viabilizaram a realização e continuidade da Hidrovia Paraná-Paraguai, da Hidrelétrica de Belo Monte, do Aeroporto de Goiânia e da infra-estrutura de áudio e vídeo para os Jogos Pan-americanos, bem como a cassação de liminares que suspendiam o início das obras de integração de Bacias – Projeto São Francisco.

Nessa linha de atuação pró-ativa auxiliando a implementação de políticas públicas, destacaram-se, em 2007, algumas vitórias importantes da AGU no STF, tais como a garantia da gratuidade dos Registros Públicos de nascimento e óbito dos reconhecidamente pobres; a declaração de constitucionalidade do Estatuto do Desarmamento, com a ressalva de apenas três dispositivos; a Ação Cível Originária – ACO nº 453 contra a pretensão do Estado do Paraná de obter indenização pelo valor gasto na construção da estrada de ferro Central do Paraná, evitando o pagamento indevido de aproximadamente R\$ 20 bilhões; a declaração de constitucionalidade de questões ligadas aos contratos de Certificado de Depósito Bancário/CDBs e Recibo de Depósito Bancário prefixados/RDBs, garantindo-se estabilidade nas relações privadas envolvidas; o ajuizamento de reclamações, pela União e Funai, nos processos judiciais em que são discutidos os atos praticados pela União na demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, que atualmente se encontra demarcada, homologada e registrada no patrimônio da União; e a declaração de constitucionalidade dos juros de mora em 0,5% ao mês, no pagamento de valores devidos a servidores públicos.

As ações do Governo no âmbito da AGU terão como foco, em 2008, o aprofundamento de sua participação mais efetiva na formulação, implementação e avaliação jurídica das políticas públicas prioritárias para o Estado brasileiro, estreitando suas

relações com os demais órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; a ampliação de sua capacidade de ação pró-ativa na estruturação do Estado brasileiro, identificando ações judiciais que podem ensejar a desistência por parte da União ou de suas autarquias e fundações públicas, ou mesmo a solução do conflito mediante acordo, bem como sugerindo projetos de lei, medidas provisórias, decretos e demais atos normativos que aperfeiçoem as instituições brasileiras e tornem mais efetivos os direitos e deveres constitucionais; a prevenção de riscos jurídico-constitucionais imediatos (atuação junto ao TCU interpondo recursos e coordenando a defesa das teses jurídicas dos órgãos federais, atuação das Câmaras de Conciliação e arbitramento de controvérsias jurídicas por intermédio dos pareceres e demais manifestações dos Consultores da União) e mediatos (análise efetiva dos atos normativos produzidos pelo Governo Federal); a perenização e aprofundamento do trabalho de mediação e acordos administrativos, com a ampliação da atuação das Câmaras de Conciliação da Administração Federal da Consultoria-Geral da União, abrangendo matérias já judicializadas no âmbito do Supremo Tribunal Federal e Tribunais Superiores; a descentralização da advocacia pública consultiva e de contencioso, com o fortalecimento dos Núcleos de Assessoramento Jurídico (NAJs) e instalação de novas Procuradorias e Procuradorias-Seccionais nos Estados, no âmbito da AGU e da Procuradoria-Geral Federal; a aplicação do Projeto de Redução de Demandas do INSS, que busca reduzir em até 40% o volume de ações movidas contra a referida Autarquia, evitando-se o ajuizamento de cerca de 840 mil ações judiciais; a implantação do Sistema de Advocacia-Geral da União Eletrônica (e-AGU), o qual, além de servir de eficiente instrumento de trabalho para os Advogados da União e Procuradores Federais, funcionará como ferramenta de comunicação entre as unidades de contencioso e de consultivo, e viabilizará e uniformizará as linhas de atuação dos órgãos da AGU; e a criação do Placar Social como ferramenta de divulgação em massa, que indicará o quanto a AGU economiza e o que a sociedade ganha com suas vitórias jurídicas.